



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PARANÁ

ANO VI

Cornélio Procópio, 3ª feira, 17 de Janeiro de 2023

ATOS DO EXECUTIVO

Pregoeira

AVISO DE SUSPENSÃO DE EDITAL

PREGÃO Nº 004/2023 – FORMAPRESENCIAL

PROCESSO Nº 006/2023

MODALIDADE: Pregão do tipo menor preço.

OBJETO: Contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários.

O PROCESSO SUPRA ESTÁ SUSPENSO SINE DIE.

INFORMAÇÕES: propostapmcp@gmail.com

Cornélio Procópio-PR, 17 de janeiro de 2023.
MEURY NAOMI MATUDA MARQUES
Pregoeira

AVISO DE EDITAL

PREGÃO Nº 12/2023 - FORMA ELETRÔNICA

PROCESSO Nº 24/2023

MODALIDADE: Pregão do tipo menor preço, por item.

OBJETO: Registro de preços de serviços de hospedagem de pessoas.

CADASTRO: Até 08h30m do dia 31 de janeiro de 2023.

ABERTURA: As 08h45m do dia 31 de janeiro de 2023.

DISPUTA: A partir das 08h50m do dia 31 de janeiro de 2023.

LOCAL: <http://www.bbmnetlicitacoes.com.br>

DISPONIBILIDADE DO EDITAL:
www.cornelioprocopio.pr.gov.br,
www.bbmnetlicitacoes.com.br <http://>

INFORMAÇÕES: (41) 3320-7800 – BBM. (43) 3520-8013 / 8007 – PMCP

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Cornélio Procópio-PR, 17 de janeiro de 2023.
MEURY NAOMI MATUDA MARQUES

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO Nº 012/2022

PROCESSO Nº 030/2022

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de professores de Educação Física, com CREF ou CREF provisionado, para a Fundação de Esportes de Cornélio Procópio – FECOP.

DECISÃO: REVOGAÇÃO PARA READEQUAÇÃO DO EDITAL.

Cornélio Procópio, 17 de janeiro de 2023.
Meury Naomi Matuda Marques
Pregoeira

A Fundação de Esportes de Cornélio Procópio - PR torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO – Forma Presencial, do tipo menor preço, por item para aquisição do objeto descrito no presente Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 2849 de 20 de novembro de 2009, Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e Lei Municipal nº 686 de 02 de junho de 2011.

Os envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital e seus Anexos deverão ser entregues no local, data e horários acima determinados.

1 - DO OBJETO

1.1 - Este Pregão tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de professores de Educação Física, com CREF ou CREF provisionado, para a Fundação de Esportes de Cornélio Procópio - FECOP, conforme especificado neste Edital e seus Anexos.

Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01 - Termo de Referência

ANEXO 02 - Minuta do Contrato

- ANEXO 03 - Documentos para Habilitação o auxílio da Equipe de Apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- ANEXO 04 - Modelo de Carta de Credenciamento
- ANEXO 05 - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos do Edital
- ANEXO 06 - Modelo de Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte
- ANEXO 07 - Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos
- ANEXO 08 - Modelo de Declaração de Inexistência de Empregados Menores
- ANEXO 09 - Modelo de Declaração de Responsabilidade
- ANEXO 10 - Modelo de Carta Proposta
- 2 – **DA PARTICIPAÇÃO**
- 2.1 – Poderão participar desta Licitação qualquer empresa que atenda ao objeto deste edital e satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;
- 2.2 - Não poderão participar deste pregão:
- 2.2.1 - Firma em consórcio ou em processo de falência ou concordata ou que se encontre incurso na penalidade prevista no Art. 87, incisos III (perante este Município) e IV (imposta por órgão ou entidade da Administração Pública), da Lei 8.666/93.
- 2.2.2 - Os interessados que se encontrem sob falência, insolvência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 2.3.3 - Empresas estrangeiras que não funcionem no país.
- 2.2.4 - Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 2.2.5 - Servidor ou dirigente deste Município de Cornélio Procópio, estendendo-se a proibição à pessoa jurídica de direito privado que possui em seu quadro de sócios ou dirigentes, cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim, de servidor em cargo efetivo ou em comissão na entidade licitante, para fins de conhecimento e cumprimento, conforme Acórdão nº 2745/2010 do Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- 3 - **REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**
- 3.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com
- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.
- 4 - **DO VALOR**
- 4.1- O preço máximo estimado e admitido pela Administração para a contratação do objeto deste certame é R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais) pelo período de 12 (doze) meses, conforme documentos anexados aos autos, com fulcro no inciso III, do art. 3º, da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002.
- 5 - **DO CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES**
- 5.1 - Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro, a proponente deverá enviar um representante munido de documentos que comprovem a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, podendo utilizar-se do modelo indicado no (ANEXO 04), ou por procuração (esta, com firma reconhecida em cartório), bem como cópia da Carteira de Identidade ou CNH e ato constitutivo da empresa ou outro documento equivalente.
- 5.1.1 - No caso de diretor, sócio, proprietário ou assemelhado licitante que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, do documento de eleição de seus administradores,



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PARANÁ

EXPEDIENTE:

O Diário Oficial é uma publicação da Prefeitura do Município de Cornélio Procópio

GESTÃO 2021/2024

Av. Minas Gerais, 301
 Fone Geral (43) 3520-8000 - (43) 3520-8032 (DECOM)
 CEP 86300-000 - Cornélio Procópio - Paraná
 Dir. Responsável:
 Najylla Nogueira

devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso.

5.1.2 - Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme

(ANEXO 05).

5.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar 123/2006, para efeito do tratamento diferenciado, (caso esteja enquadrada), deverá ser comprovada mediante apresentação de Declaração conforme modelo sugerido no (ANEXO 06) e Certidão Simplificada da Junta Comercial ou outra equivalente.

5.3 - Os documentos para o credenciamento referidos nos subitens 5.1, 5.1.1, 5.1.2 e 5.2 deverão ser apresentados em sobrecarta (FORA DOS ENVELOPES).

5.4 - Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.

5.5 - A falta ou incorreção do documento de credenciamento não impedirá a licitante de entregar os envelopes da proposta e de habilitação, mas a impedirá de manifestar-se no certame. Somente ficará impedida de participar se os documentos faltantes forem os do subitem 5.2.

5.6 - Fica condicionado o credenciamento das licitantes após consulta no site w

ww.portaldatransparencia.gov.br, a título de abundar a qualidade dos bens ou serviços adquiridos pelo município. 5.7 - Os documentos apresentados no credenciamento poderão ser entregues em original ou cópias xerográficas, devidamente autenticadas por cartório competente, ou na ocasião pelo servidor da administração mediante apresentação do original para a autenticação das cópias.

5.8 - Não será aceito protocolos como substituição de qualquer documento em todas as fases deste processo licitatório.

6 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

6.1 - Os Envelopes nº 01 – Proposta de Preço e nº 02 – Documentos serão entregues ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, na ocasião do Credenciamento.

7 - DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 01)

7.1 - A proposta de preços e os documentos que a instruírem deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em envelopes devidamente lacrados e rubricados no fecho, e identificados conforme segue:

7.2 - A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ:

7.2.1 - Ser entregue impressa, sem emendas, entrelinhas ou borrões, que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade. Preferencialmente em papel timbrado do proponente devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal, podendo ser utilizado o modelo /sugestão do ANEXO 10. A proposta deverá conter preço unitário e total fixo, reajustável de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, em moeda

corrente nacional, e uma planilha na qual demonstre todos os custos incidentes, tais como: despesas decorrentes de impostos,

taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, demais encargos cabíveis e outros conforme ANEXO 11.

7.2.2 - Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, bem como dados do assinante do contrato: nome, estado civil, profissão, CPF, carteira de identidade, domicílio e cargo na empresa.

7.2.3 - Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

7.2.4 - No preenchimento da proposta, deverá ser informado o objeto da licitação.

7.3 - Apresentar preço unitário e total, havendo incorreção nos cálculos, será considerado o valor unitário.

7.3.1 - O preço devera ser expresso com duas casas decimais (0,00) tendo efeito comparativo por item para a classificação das propostas.

7.3.2 - Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.3.3 - No preço cotado deverá estar incluso todos os custos, despesas e encargos inerentes ao objeto.

7.4 - A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.5 - Data e assinatura do Representante Legal da proponente;

7.6 - Serão DESCLASSIFICADAS as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, por omissão, irregularidade, ou defeito, se capazes de dificultar o julgamento.

7.6.1 - Ultrapassem o valor estimado no Anexo 01 – Termo de Referência;

7.6.2 - Sejam incompletas, isto é, não contenham informação (ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto/serviço licitado;

7.6.3 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro;

7.6.4 - Que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - Conforme ANEXO 03, e apresentados no Envelope nº 02, identificados conforme segue:

9 - DA SESSÃO PÚBLICA

9.1 - A sessão pública será, conduzida por um Pregoeiro e realizada de acordo com as disposições contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, em conformidade com as condições nele estabelecidas, bem

como em seus anexos, no local e horário já determinado.

9.2 - Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

9.3 - Serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.

9.4 - O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes nº 01 - contendo as propostas de preços, quando será fará a aceitação das propostas, observado o atendimento aos subitens 7.2 a 7.6.4, deste Edital; e classificará o autor da proposta de menor preço, por item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço.

9.5 - Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, além da vencedora, para que seus autores participem da segunda fase, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

9.6 - Aos proponentes classificados para a segunda fase, será dada oportunidade para novas propostas, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

9.7 - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

9.7.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

9.7.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

9.7.3- A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

9.7.4 - Não ocorrendo contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem

8.7.3 deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos itens 8.7 e 8.7.1, deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.7.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.7.1 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

9.7.6 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 9.7.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.7.7 - A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9.7.7.1 - Será aplicado o Art. 47 e em especial o §3º do Art. 48 da Lei Complementar nº 147/14, tendo em vista a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas. Entende-se por âmbito local, empresas sediadas em Cornélio Procópio e regional, os municípios da AMUNOP.

9.8 - O disposto no item 9.7 e seus subitens, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

9.9 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente às sanções legais e determinadas neste edital.

9.10 - Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a mesma será DESCLASSIFICADA.

9.11 - Encerrada a etapa competitiva de preços propostos documentalmente e ordenadas às ofertas para fornecimento do objeto definido nesse Edital, exclusivamente pelo critério de menor preço por item. O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

9.12 - Sendo aceitável a menor oferta de preço, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que tiver formulado.

9.13 - Constatado o atendimento pleno às exigências edilícias, o proponente será declarado vencedor do item, sendo-lhe adjudicado pelo pregoeiro o objeto do item.

9.14 - Se o proponente não atender as exigências edilícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de licitante habilitado, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do item.

9.15 - Nas situações previstas nos subitens e 9.7.7, 9.12 e 9.15, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.16 - A manifestação de intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis.

9.17 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

9.18 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

9.19 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na

qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e os licitantes presentes.

10- IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

10.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, a licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

10.1.2 - Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

10.2 - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação e desde que todos os interessados sejam avisados, poderá suspender a data de abertura.

10.3 - Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10.4 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

10.5 - Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

10.6 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso;

10.7 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

10.8 - Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

10.9 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão pela dotação orçamentária 3.3.90.39.00.00.001002 (11), ou equivalente para o exercício de 2023;

12 - MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Fundação de esportes de Cornélio Procópio, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

12.2 - No que se refere à qualidade da prestação do

serviço, se em desacordo com o apresentado no momento das propostas, ou por vícios e defeitos omitidos, ficará a licitante vencedora sujeita ao pagamento de multa, a qual será arbitrada pela Administração, de acordo com o grau dos danos causados ao Município.

12.3 - A multa supramencionada poderá ser estipulada em valor máximo correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total a ser pago pela prestação do serviço.

12.4 - Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração pelo infrator:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes decorridos o prazo da sanção aplicada.

12.5 - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº 686/11, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

12.6 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Contratante.

12.7 - O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente junto a FECOP, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, o débito, se não adimplido, será inscrito em dívida ativa e executado na forma da lei.

12.8 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Diretor Presidente da FECOP, devidamente justificado.

12.9 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.10 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.

12.11 - Excepcionalmente, "ad cautelam", o Contratante poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

13 - FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1 - Homologada a licitação pela autoridade competente, da Fundação de Esportes de Cornélio Procópio, será firmado contrato específico com o PROPONENTE VENCEDOR visando à execução do objeto desta licitação nos termos da Minuta do Contrato - ANEXO 02, que integra este Edital;

13.2 - O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato na FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORNÉLIO PROCÓPIO – CNPJ. 11.528.297/0001-89 - Endereço: Rua Portugal, 340 - Centro - Cornélio Procópio/ PR- CEP. 86.300-000 – Cornélio Procópio – PR., ou se preferir, o contrato poderá ser enviado por meio eletrônico, devendo ser informado o endereço, no item 08 do Anexo 03 do Edital. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORNÉLIO PROCÓPIO.

13.3 - A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar Contrato, dentro do prazo estabelecido no presente Edital, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas nos item 10 e seguintes deste Edital, podendo o CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração do Contrato, não eximindo a licitante vencedora desistente, a penalidade prevista no subitem

10.4 alínea “c”.

13.4 - No ato da contratação, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o Contrato nem nome da empresa;

13.5 - A assinatura do Contrato estará condicionada à comprovação da regularidade da situação do

PROponente Vencedor, junto ao INSS e ao FGTS;

13.6 – A empresa, juntamente com o contrato, deverá entregar a relação de profissionais, juntamente com o registro de classe, CREF ou o CREF provisionado;

13.7 - Este Edital e seus anexos integrarão Contrato firmado, independente de transcrição;

14 - DOS PRAZOS

14.1 - O prazo de validade das propostas é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão, conforme discriminado no Anexo 10 deste Edital.

14.2 - O prazo de vigência do Contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

15 – DA GARANTIA

15.1 O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após

a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, na forma do § 1º, desde que cumpridas às obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

15.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

15.4 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

15.5 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.5.1 prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

15.5.2 prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.5.3 as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

15.5.4 obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

15.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, na forma do § 1º, art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

15.8 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

15.9 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.10 A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

15.10.1 caso fortuito ou força maior;

15.10.2 alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

15.10.3 descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

15.10.4 atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

15.10.5 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

15.11 Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

15.12 Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, conforme obrigação assumida pela contratada.

15.13 Será considerada extinta a garantia:

15.13.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

15 – DO PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado até o 5º dia útil, após a emissão da nota fiscal/recebimento dos serviços, em conta corrente mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável pela unidade requisitante acompanhadas obrigatoriamente da CND Federal e CRF do FGTS, e comprovantes de pagamentos dos vencimentos e benefícios de seus funcionários.

15.1.1 – A contagem do prazo citado no subitem anterior se dará a partir da data da entrega da Nota Fiscal, obedecidas às exigências ali expressas.

15.2 - O faturamento deverá ser emitido para a FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORNELIO PROCOPIO – CNPJ. 11.528.297/0001-89 - Endereço: Rua Colombo nº 55 – Centro - Cornélio Procópio/PR– CEP. 86.300-000.

15.3 - Caso a licitante vencedora seja beneficiária de imunidade ou isenção fiscal, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

15.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a FECOP.

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Fundação de Esportes de Cornélio Procópio revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. Fundação de Esportes de Cornélio Procópio poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

16.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

16.3 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

16.4 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

16.5 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

16.6 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

16.8 - As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos proponentes por meio de publicação no site: www.cornelioprocopio.pr.gov.br ;

16.9 – As informações e comunicados referentes às alterações deste processo licitatório serão disponibilizados no site: www.cornelioprocopio.pr.gov.br, sendo de responsabilidade dos licitantes o acompanhamento de possíveis alterações até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de abertura do certame.

16.10 - Caso haja interesse em participar do referido certame, acessar o site da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio www.cornelioprocopio.pr.gov.br para baixar o arquivo digital, este para formulação da proposta digital, imprescindível para participação quando solicitado em edital.

16.11 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro;

16.12 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Cornélio Procópio-PR, considerado aquele a que está vinculado ao Pregoeiro;

16.13 – O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 14h00 as 17h00 horas, de

segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Licitação, no andar térreo do Paço Municipal, Av. Minas Gerais, 301 - centro, pelo telefone: (43) 3520-8007 ou por e-mail licitacaopmcp@gmail.com, para melhores esclarecimentos;

16.14 - A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora e demais licitantes fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

16.15 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.16 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

Cornélio Procópio, 01 de dezembro de 2022.
MEURY NAOMI MATUDA MARQUES
Pregoeira

ANEXO 01 TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO E DA FINALIDADE

1.1 - Contratação de empresa para prestação de serviços de professores de Educação Física, com CREF ou CREF provisionado, para a Fundação de Esportes de Cornélio Procópio - FECOP conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	V a l o r
Unitário	Valor Total			

01	12	meses	Contratação de 11 professores de Educação física Bacharelado ou profissional com CREF provisionado em uma modalidade específica, com experiência comprovada nas seguintes modalidades:	
----	----	-------	--	--

01			Basquete	
----	--	--	----------	--

01			Futebol	
----	--	--	---------	--

02			Futsal	
----	--	--	--------	--

02			Ginástica	
----	--	--	-----------	--

01			Handebol	
----	--	--	----------	--

03			Lutas	
----	--	--	-------	--

01			Voleibol	R\$34.000,00 R\$408.000,00
----	--	--	----------	----------------------------

1.2. FUNÇÕES ESPECÍFICAS PARA CADA PROFISSIONAL

A função para cada profissional será de acordo com a modalidade a qual ele irá exercer.

BASQUETE: - Criar e desenvolver escolinhas de iniciação de Basquetebol para crianças e adolescentes de ambos o sexo de toda a rede municipal, tendo em conta os principais fundamentos técnicos, táticos e físicos da modalidade.

- Formar e preparar futuras equipes de Basquetebol do município, de ambos o sexo e categorias (idades), para que representem a cidade em diversas competições

municipais, estaduais e nacionais, com excelência na preparação técnica, tática, física e psicológica da modalidade.

- Organizar competições e eventos recreativos de Basquetebol no município, onde possam propagar e desenvolver a modalidade.

- Elaborar planejamentos e programas técnicos que possam organizar e controlar a participação de todos os alunos no Basquetebol.

FUTEBOL: - Criar e desenvolver escolinhas de iniciação de Futebol para crianças e adolescentes de ambos o sexo de toda a rede municipal, tendo em conta os principais fundamentos técnicos, táticos e físicos da modalidade.

- Formar e preparar futuras equipes de Futebol do município, de ambos o sexo e categorias (idades), para que representem a cidade em diversas competições municipais, estaduais e nacionais, com excelência na preparação técnica, tática, física e psicológica da modalidade.

- Organizar competições e eventos recreativos de Futebol no município, onde possam propagar e desenvolver a modalidade.

- Elaborar planejamentos e programas técnicos que possam organizar e controlar a participação de todos os alunos no Futebol.

FUTSAL: - Criar e desenvolver escolinhas de iniciação de Futsal para crianças e adolescentes de ambos o sexo de toda a rede municipal, tendo em conta os principais fundamentos técnicos, táticos e físicos da modalidade.

- Formar e preparar futuras equipes de Futsal do município, de ambos o sexo e categorias (idades), para que representem a cidade em diversas competições municipais, estaduais e nacionais, com excelência na preparação técnica, tática, física e psicológica da modalidade.

- Organizar competições e eventos recreativos de Futsal no município, onde possam propagar e desenvolver a modalidade.

- Elaborar planejamentos e programas técnicos que possam organizar e controlar a participação de todos os alunos no Futsal.

GINÁSTICA: - Criar e desenvolver turmas de Ginásticas para crianças, adolescentes, adultos e idosos de ambos os sexos, tendo em conta os diversos tipos de aulas como Zumba, Step, Axé, Pilates e Danças de Salão, para promoção de saúde.

- Organizar eventos e recreações de Ginástica no município, onde possam propagar e desenvolver a modalidade.

- Elaborar planejamentos e programas técnicos que possam organizar e controlar a participação de todos os alunos na Ginástica.

HANDEBOL: - Criar e desenvolver escolinhas de iniciação de Handebol para crianças e adolescentes de ambos o sexo de toda a rede municipal, tendo em conta os principais fundamentos técnicos, táticos e físicos da modalidade.

- Formar e preparar futuras equipes de Handebol do município, de ambos o sexo e categorias (idades), para que representem a cidade em diversas competições municipais, estaduais e nacionais, com excelência na preparação técnica, tática, física e psicológica da modalidade.

- Organizar competições e eventos recreativos de Handebol no município, onde possam propagar e desenvolver a modalidade.

- Elaborar planejamentos e programas técnicos que possam organizar e controlar a participação de todos os alunos no Handebol.

LUTAS: - Criar e desenvolver escolinhas de iniciação de LUTAS para crianças, adolescentes e adultos de ambos o sexo de toda a rede municipal, tendo em conta os principais fundamentos técnicos, táticos e físicos da modalidade.

- Formar e preparar futuras equipes de LUTAS do município, de ambos o sexo e categorias (idades), para que representem a cidade em diversas competições municipais, estaduais e nacionais, com excelência na preparação técnica, tática, física e psicológica da modalidade.

- Criar e desenvolver turmas de adultos e idosos do município de LUTAS para um bem estar e promoção de saúde.

- Organizar competições e eventos recreativos de LUTAS no município, onde possam propagar e desenvolver a modalidade.

- Elaborar planejamentos e programas técnicos que possam organizar e controlar a participação de todos os alunos.

VOLEIBOL: - Criar e desenvolver escolinhas de iniciação de Voleibol para crianças e adolescentes de ambos o sexo de toda a rede municipal, tendo em conta os principais fundamentos técnicos, táticos e físicos da modalidade.

- Formar e preparar futuras equipes de Voleibol do município, de ambos o sexo e categorias (idades), para que representem a cidade em diversas competições municipais, estaduais e nacionais, com excelência na preparação técnica, tática, física e psicológica da modalidade.

- Organizar competições e eventos recreativos de Voleibol no município, onde possam propagar e desenvolver a modalidade.

- Elaborar planejamentos e programas técnicos que possam organizar e controlar a participação de todos os alunos no Voleibol.

1.3. DISPONIBILIZAÇÃO DE HORÁRIOS E DIA/ SEMANA QUE PROFISSIONAL DEVERÁ FICAR DISPONIVEL

O profissional contratado deverá ter disponibilidade de carga horária semanal de segunda a sexta, preferencialmente das 07h00 às 11h00 e das 15h00 as 20h00, pois são horários que teremos maior atendimento nas diversas modalidades, para completar

a 20 horas semanais, bem como ter disponibilidade esporadicamente, para colaborar com eventos diversos que a FECOP terá nos finais de semana, com escala sendo feita antecipadamente para planejamento do profissional

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

2.1 - À FECOP na sua estrutura interna é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Técnico e um secretário administrativo, na estrutura externa, para atender as modalidades de iniciação e competição nas mais diversas modalidades, que são: atletismo, basquete, futebol, futsal, ginástica, handebol, lutas, e voleibol, é necessário a contratação de professores específicos para cada modalidade, pois atualmente a FECOP não têm os profissionais suficientes para desenvolver trabalho na iniciação e também para prepara-los para competição. A Fundação de Esportes (FECOP) contava com um programa do Governo

Federal, que é o PELC – Programa de Esportes e Lazer na Cidade, onde os profissionais desenvolvia as atividades com as modalidades supracitadas, suprimindo a necessidade no desenvolvimento desportivo, com término do programa que era de 02(dois) anos, as modalidades que eram atendidas ficaram desprovidas, portanto viemos através desta, justificar a necessidade de contratação de profissionais para desenvolvimento dos trabalhos desta Fundação de Esportes (FECOP).

3. FUNÇÕES GERAIS PARA TODOS PROFISSIONAIS

3.1 - As funções gerais para todo profissional, será ter ciência que a FECOP – Fundação de Esportes de Cornélio Procópio, tem no seu planejamento a realização de vários eventos esportivos que são: Campeonatos de futebol, Jogos Abertos, Corrida Pedestre e outros eventos que acontecem ao longo do ano, onde requer uma estrutura de profissionais para o desenvolvimento destas atividades, por isso cada profissional juntamente com a direção, estarão diretamente envolvidas nos trabalhos a serem realizados.

ANEXO 02

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE SERVIÇO Nº /2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº /2022

PREGÃO Nº _ /2022

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORNÉLIO PROCÓPIO CONTRATADO:

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORNÉLIO PROCÓPIO, Pessoa Jurídica de Direito

Público Interno, com sede administrativa à Rua Colombo, 55 – Centro, Cornélio Procópio-PR, inscrita no CNPJ sob o nº 11.528.297/0001-89 neste ato representado pelo Diretor Presidente Sr. Valdir da Costa Bueno, brasileiro, Diretor-Presidente da FECOP, inscrito no CPF sob o nº , portador da cédula de identidade RG nº

1.....SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Cornélio

Procópio-PR.

CONTRATADO:**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA FINALIDADE**

1.1 - Constitui objeto deste instrumento a Contratação de empresa para prestação de serviços de professores de Educação Física, com CREF ou CREF provisionado, para a Fundação de Esportes de Cornélio Procópio – FECOP.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

2.1 - Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos.

2.2 - Unilateralmente, pela CONTRATANTE, quando:

a) houver modificação ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos na legislação aplicável artigo 65 inciso I § 1º da Lei 8.666/93.

2.3 - Por acordo entre as partes, quando:

a) necessária à modificação do modo de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

2.4 - As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

2.5 - APOSTILAMENTO: para as alterações que envolverem as seguintes situações:

a) as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento aqui previstas;

b) o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido.

2.6 - TERMO ADITIVO: alterações não abrangidas pelo apostilamento, que ensejarem modificações deste Instrumento ou do seu valor.

2.7 - Os Termos Aditivos ou Apostilas farão parte deste Instrumento, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE

3.1 - O preço para a execução do objeto deste contrato é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, sendo que o valor mensal é de R\$ __), com valor total de R\$ __ ().

3.2 - O preço contratado compreende todos os custos necessários à execução dos serviços de modo que nenhuma outra remuneração seja devida à CONTRATADA além do valor ora estipulado.

3.3 - Os preços propostos não serão reajustados durante o período de contratação 6 (seis) meses. Caso tenha prorrogação de prazo o índice para reajuste a ser utilizado será o IGPM-FGV, após 12 (doze) meses de contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

4.1 - O faturamento deverá ser emitido para FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORNÉLIO PROCOPIO - FECOP – CNPJ 11.528.297/0001-89 - endereço: Rua Colombo, 55 - Centro - CEP. 86.300-000 – Cornélio Procópio – PR.

4.2 - O pagamento será efetuado em até o 5º quinto dia útil, através de crédito em conta corrente à vista da apresentação da Nota Fiscal descritiva devidamente atestada pelo Diretor Presidente da FECOP.

4.3 - Para fins de pagamento a Contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Federais;

b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS;

c) Comprovante de pagamento dos vencimentos e benefícios de seus funcionários.

4.4 - A não apresentação das alíneas a, b e c, do subitem 4.3 não acarretarão retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA, será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

4.5 - Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízos das demais penalidades cabíveis.

4.6 - Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo do atesto.

4.7 - O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de depósito bancário, conforme dados apresentado pela licitante vencedora.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da contratação serão reconhecidas contabilmente com a seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00.00.1002 ou outra equivalente para o exercício de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 - O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57 da Lei 8666/93, caso necessário.

CLÁUSULA SETIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – O serviço será prestado conforme termo de referencia e de acordo com as orientações da fecop.

7.2 - A empresa CONTRATADA disponibilizará no mínimo dez funcionários para execução do serviço, sob suas expensas sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

7.3 - O funcionário deverá prestar o serviço devidamente identificado com crachá com foto. 7.4 – A empresa CONTRATADA deverá estar sempre em dia com suas obrigações; descrita neste referido termo para o recebimento dos serviços prestados.

7.5 – As possíveis falhas apuradas (ex: falta de material, equipamentos com defeito, etc) deverão ser informadas ao Sr. Valdir da Costa Bueno ou preposto.

7.6 - A CONTRATADA responderá no que couber, por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária, administrativa, civil e comercial resultantes da correta execução do contrato.

7.7 – A CONTRATADA manterá todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período deste Contrato.

7.8 – A CONTRATADA responderá, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução deste Contrato, independente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeita.

7.9 – São de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução deste objeto.

7.10 - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta licitação.

7.11 – A CONTRATADA responderá por todos e quaisquer ônus suportados pela CONTRATANTE decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes do futuro contrato.

7.12 - A CONTRATADA assumirá o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente de trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, objeto do futuro Contrato e apresentar os comprovantes, quando solicitados pela CONTRATANTE.

7.13 - A CONTRATADA promoverá a imediata substituição de seu funcionário, em decorrência de férias, faltas ou afastamento, como também qualquer elemento cuja permanência seja considerada inconveniente, pela FECOP, sem que isso acarrete quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

7.14 - A CONTRATADA será responsável pelo comportamento moral e profissional de seus empregado, respondendo, integralmente, por quaisquer danos ou prejuízos comprovadamente por eles causados, ao pessoal ou ao patrimônio da FECOP ou a terceiros, em face da execução dos serviços;

CLÁUSULA OITAVA – TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

8.1 - A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento do CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

9.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela FECOP, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

9.2 - No que se refere à qualidade da prestação do serviço, se em desacordo com o apresentado no momento das propostas, ou por vícios e defeitos omitidos, ficará a CONTRATADA sujeita ao pagamento de multa, a qual será arbitrada pela FECOP, de acordo com o grau dos danos causados à CONTRATANTE.

9.3 - A multa supramencionada poderá ser estipulada em valor máximo correspondente a 20% (vinte por cento) do valor total a ser pago pela prestação do serviço.

9.4 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela FECOP.

9.5 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Senhor Diretor Presidente, devidamente justificado.

9.6 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.7 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.

9.8 - Excepcionalmente, “ad cautelam”, a FECOP poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA – INTEGRAÇÃO DO EDITAL À PROPOSTA DO VENCEDOR

10.1 - Integram o presente contrato, como se aqui estivessem transcritos, o processo licitatório, Pregão nº 12/22 – Forma Presencial e seus anexos, aplicando-se no que couber a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 - O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, pela legislação aplicável e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – TOLERÂNCIA

12.1 - Se qualquer das partes Contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar seu desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato.

14.2 - São partes integrantes deste contrato a proposta apresentada pela CONTRATADA e o Edital do Processo Licitatório nº 30/2022 – Forma Presencial que o precedeu.

14.3 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria, bem como, pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

14.4 - Fica eleito o foro da Comarca de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 03 vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Cornélio Procópio, de de 2022.

CONTRATANTE CONTRATADO
VALDIR DA COSTA BUENO

Diretor Presidente
Representante Legal

TESTEMUNHA: 1)

2)

ANEXO 03 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

1 - Para comprovação da habilitação jurídica:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores e declaração de firma individual, quando for o caso;

b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

1.1 Os documentos exigidos nas alíneas “a e b”, deste item, poderão ser substituídos pela Certidão Simplificada da Junta Comercial, ou fotocópias autenticadas dos extratos da Junta Comercial, devidamente publicados no Diário Oficial, indicando e relacionando os representantes legais e a composição acionária da empresa.

2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

2.1 - Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei 9317/96.

a) Comprovante de opção pelo Simples, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,

<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/aplicacoes.aspx?id=21>

3 - Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Unidade competente, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, consistentes na apresentação de:

Certidão Negativa de Débitos - CND do INSS; (substituível pela Federal Unificada)

Certificado de Regularidade do FGTS – CRF

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDDT).

3.1 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da

regularidade fiscal, será assegurado, às mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

3.1.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.1.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4 - Para comprovação da qualificação econômica-financeira:

4.1 - Certidão negativa dos cartórios de registros de falências e concordatas, expedida pelo cartório distribuidor do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes nºs 01 e 02.

4.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.

4.2.1 - No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

4.2.2 - O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas:

4.2.2.1 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

4.2.2.2 - Índice de Liquidez Geral (LG) = mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

4.2.2.3 - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente – igual a 1 LG= Liquidez Geral – igual a 1 SG= Solvência Geral – igual a 1

Fórmula para cálculos relativos à qualificação econômico-financeira: LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG = Ativo Total – Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC = Ativo Circulante – Passivo Circulante

4.2.3 - O licitante com resultado em quaisquer dos índices contábeis, igual ou menor que 1,0 (um), deverá comprovar patrimônio líquido não superior a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei.

4.2.4 - A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de documento assinado por profissional legalmente habilitado.

4.2.5 - Com relação às demais empresas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e de encerramento.

4.2.6 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

5 - Para comprovação de Qualificação Técnica e Outras:

5.1 - Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, emitido por órgão público ou privado comprovando que já prestou serviço compatível ou similar ao do objeto deste edital, acompanhado de nota fiscal ou contrato de prestação de serviços com o emitente do atestado, se de órgão privado o atestado deverá reconhecer a firma da assinatura.

5.2 - Comprovação de regularidade da empresa no Conselho Regional de Educação Física - CREF;

5.3 - Alvará de Funcionamento;

6 - Declarações, conforme modelos /sugestões nos ANEXOS 07, 08 e 09.

7 - Declaração contendo a qualificação e identificação do representante legal com poderes para assinar o contrato, bem como o número do CPF, endereço completo, telefone (fixo e móvel) e estado civil. (não inabilitatória).

8 - Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

8.1 - Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério da Comissão solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes.

8.2 - A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

ANEXO 04

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(sobrecarta)

A Empresa , neste ato representada por seu

sócio-gerente/ presidente/diretor ,

credencia o Sr(a)....., conferindo-lhe dos os poderes gerais necessários à prática de quaisquer atos relacionados com o Pregão n.º /22 – Forma Presencial, especialmente os de rubricar toda a documentação e as propostas, emitir declarações, apresentar reclamações, impugnações ou recursos, desistir de prazos recursais, assinar atas e ofertar lances verbais de preço na sessão.

LOCAL, DIA de MÊS de 2022.

_ Assinatura do representante legal da licitante

Nome do representante legal da licitante

ANEXO 05

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL

(sobrecarta)

PREGÃO Nº __/22- FORMA PRESENCIAL

(Razão social da empresa), CNPJ/MF __, sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 06

DECLARACAO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(sobrecarta)

PREGÃO Nº __/22 - FORMA PRESENCIAL

A empresa __, inscrita no CNPJ sob o nº __, declara sob as penas da lei, que se trata de (Micro empresa ou Empresa de Pequeno Porte), de acordo com a receita bruta anual, podendo receber o tratamento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, com relação ao Processo Licitatório, estando ciente da responsabilidade administrativa, civil e penal.

Local e data

Nome e assinatura do Representante legal da empresa

ANEXO 07

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGÃO Nº /22 – FORMA PRESENCIAL

(Razão social da empresa), CNPJ/MF __, sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da

obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 08

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADOS MENORES

PREGÃO Nº __/22 – FORMA PRESENCIAL

(Razão social da empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço completo). Declaramos que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO 09 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para os devidos fins e direito, na qualidade de proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade de PREGÃO Nº /22 – Forma Presencial, instaurado pela Fundação de Esportes de Cornélio Procópio, que:

- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessários;

- Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do PREGÃO Nº /22, realizado pela Fundação de Esportes de Cornélio Procópio.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

__, em __ de __ de 2022.

(Assinatura do representante legal da empresa proponente)	C	R\$	
ANEXO 10			Adicional de insalubridade -
CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO		R\$	
A			-
FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE CORNÉLIO PROCÓPIO	D	E	
Prezados Senhores,	F		Adicional noturno Adicional de Hora Extra Intrajornada
Ref.: PREGÃO Nº/22 – FORMA PRESENCIAL - Comissão de Licitação - Carta-Proposta de Fornecimento.			DSR sobre hora extra
Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto abaixo discriminado, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.		R\$	-
1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:			-
RAZÃO SOCIAL:		R\$	
CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:			-
REPRESENTANTE E CARGO:			TOTAL R\$ 1.540,00
CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:			Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.
ENDEREÇO E TELEFONE:			2 Módulo 2 -Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários 2
E-MAIL:			. Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias
AGÊNCIA E NÚMERO DA CONTA BANCÁRIA:			1
2 – DO OBJETO E PREÇOS			A 13º salário (lei 4090/62) 8,3 R\$
2.1 – deverá ser apresentada especificação do objeto, valor mensal e total, observado o valor máximo estimado do anexo 01 do edital e composição dos preços conforme anexo 11;			3% 128,28
2.2 – Declaração de que o preço proposto contempla todas as despesas necessárias para a prestação dos serviços. (sociais, tributárias, trabalhistas).		R\$	12,
3 – VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão. LOCAL E DATA			B Férias e Terço Constitucional de 10 186,34
CARIMBO E ASSINATURA			Férias . %
OBS.: (representante legal da empresa)		R\$	20,
ANEXO 11			43 R\$
TABELA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS			TOTAL % 314,62
PLANILHA DA ADMINISTRAÇÃO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			2
1 Módulo 1- Composição da Remuneração (Redação dada pela IN 07/2018)			. 2 Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições
A R\$		R\$	20,
Salário-Base 1.540,00			A 00 370,92
B Adicional de Assiduidade			INSS %
			B 0,0 R\$
			SALÁRIO EDUCAÇÃO 0% -

C	3,0	R\$	Aviso Previo Trabalhado	4%	29,88
SAT	0%	55,64	D Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso	0,6	R\$
D	0,0	R\$	Previo Trabalhado	0%	9,26
SESC ou SESI	0%	-	Multa sobre FGTS sobre aviso	4,0	R\$
E	0,0	R\$	E Previo Indenizado e Aviso Previo Trabalhado	0%	61,59
SENAI - SENAC	0%	-	TOTAL	6,9	
F	0,0	R\$	9%	R\$ 107,71	
SEBRAE	0%	-	Nota 1: Valores mensais por empregado		
G	0,0	R\$	6	6 - Custos Indiretos, Tributários e Lucro (CITL)	
INCRA	0%	-	Custos	5,1	R\$
F	8,0	R\$	A	Indireto 1%	129,78
FGTS	0%	148,37	Custos Indiretos s		
31,			11,	R\$	
00			B	Lucro 04	294,44
TOTAL	%	R\$ 574,93	Lucro	%	
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			C	Tributos - Simples Nacional_LC 123/2006	
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.			C	0,2	R\$
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			.	PIS	9% 8,96
2	13° Salário, Férias e Adicional de		1	federais	
.	Férias	R\$ 314,62	C	1,3	R\$
1			.	COFINS 2%	40,80
2	GPS, FGTS e outras		2	federais	
.	contribuições	R\$ 574,93	C		
2			.3		
2			C	2,5	R\$
.	Beneficio Mensais e Diários.	R\$ 0,00	.	ISS	8% 79,75
3			4	municipais	
TOTAL	R\$ 889,55		C	Tributo	4,1
3	Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela IN 07/2018)		.	s total	9%
A	0,4	R\$	5		
Aviso prévio Indenizado	2%	6,47	20,	R\$	
B Incidência do FGTS sobre aviso	0,0	R\$	34	553,73	
prévio indenizado	3%	0,52	TOTAL CITL	%	
C	1,9	R\$	Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.		
			Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.		
			QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		

A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	R\$ 34.000,00		
	1.540,00			Valor global da proposta (valor	R\$
B	Módulo 2 - Encargos e Benefício Anuais, Mensais e Diários	R\$	889,55	D mensal x n.º de meses do contrato)	12 408.000,0
				0	

C	R\$		
	Módulo 3 - Previsão para rescisão	107,71	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$	
E	R\$		
	Módulo 5 - Insumos Diversos	-	
	R\$		
	sub total (A+B+C+D+E)	2.537,26	
E	Módulo 6 - Custos indiretos, Tributos e Lucros	R\$	553,73
	R\$		
	Valor Total por Empregado.	3.091,00	

Quadro resumo - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Quant	Qu	Valor	Empr
ant			
Tipo de Serviço	Valor	Valor proposto por	Empr
empregados por posto	Valor	total do	posto
serviço	empregado	posto	po
/	sto		
posto	s		
(A)	(B)	(C)	(D) = (B (E) (F) = (D
X C)	X E)		
R\$	R\$		
R\$			
3.091,00	11	34.000, 1	34.000,96
96	4		

VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS	R\$	34.000,96
---------------------------	-----	-----------

Quadro - demonstrativo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

AB	
Descrição	
Valor proposto por unidade de medida	
Valor mensal do serviço	VALOR (R\$)
R\$ 3.091,00	

JUNTOS CONTRA O COVID-19!



FAÇA A SUA PARTE



EDUCAÇÃO INCLUSIVA



